

7.

Considerações finais: como educar para diferença?

Escolhas são sempre permeadas de um pouco de indecisão. Cada escolha implica, necessariamente, em algumas renúncias. Assim, também foi durante o processo desta pesquisa. Escolher o objeto de estudo que culmine numa trajetória acadêmica de dez anos de dedicação foi, sem dúvida, muito difícil. Por isso, posso afirmar que minha escolha pela temática da diferença relacionada à violência escolar não foi aleatória. Pelo contrário, minha experiência como professora da educação básica me ajudou a renunciar outras tantas escolhas possíveis e decidir compreender o que estaria por trás do comportamento bullying.

No início de 2010, eu não conseguia entender claramente a relação entre as práticas de bullying que os estudantes relatavam e a diferença que cotidianamente desafia a escola. Foi difícil aceitar que os estudantes se agrediam verbalmente e fisicamente repetidas vezes. Após alguns meses de observação fui percebendo que essas agressões correspondiam a atitudes preconceituosas, intolerantes e discriminatórias. Foi nesse momento que passei a questionar por que a diferença incomoda tanto? E até que ponto o bullying seria uma consequência da intolerância à diferença?

Foi com esses questionamentos em mente que minha escolha foi se constituindo e se transformou em um projeto de pesquisa apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Puc-Rio. O projeto original sofreu algumas modificações e, por esse motivo, resolvi redigir a tese na terceira pessoa, pois essa pesquisa foi debatida, construída e reconstruída com a ajuda dos demais mestrandos e doutorandos do GECEC. Escrever na primeira pessoa seria de certa forma, negar as valiosas contribuições desses pesquisadores e pesquisadoras que se tornaram amigos preciosos.

A revisão de literatura sobre a problemática do bullying foi realizada concomitantemente às leituras sobre reconhecimento da diferença. Já nessa primeira etapa as dificuldades em conceituar o bullying e a complexidade do tema se mostraram evidentes. A notoriedade midiática do bullying e a proliferação dos

casos promoveram rotulações, generalizações e a banalização do conceito. Somase a isso a dificuldade da escola e das famílias em ajudar, enfrentar e prevenir a ocorrência de novos casos. Muitos pesquisadores dedicaram seus estudos ao ensino fundamental, pois a repetitividade de vítimas e agressores entre 09 e 13 anos era e ainda é significativa em comparação aos estudantes mais velhos. Como meu intuito era compreender a suposta relação entre os casos de bullying e o (não) reconhecimento da diferença, direcionei-me ao ensino médio apostando que por serem adolescentes a questão das diferenças culturais e identitárias estariam se construindo nessa fase. Além do mais, percebi certa deficiência de pesquisas sobre a problemática do bullying nessa faixa etária e dada a singularidade desse tipo de violência escolar seria muito improvável que os casos se esgotassem no ensino fundamental.

O conhecimento adquirido após a revisão bibliográfica foi fundamental para compreender os casos de bullying divulgados pela mídia. Resolvi, então, me aprofundar um pouco mais em alguns casos que me pareceram exemplares, ocorridos no Rio de Janeiro e em São Paulo. Após ler e analisar esses casos concluí que todos foram tratados, num primeiro momento, como brincadeiras cotidianas de crianças, tanto pela direção das escolas quanto pelos pais dos agressores. Também ficou claro que as escolas não conseguiram lidar com a situação. Em todos os casos algum tipo de intolerância à diferença (peso, beleza, timidez, aparência esquisita, sexualidade, etnia) foi o motivo inicial do conflito e a maioria resultou em violência física, para além das agressões verbais. Em relação às vítimas, o sofrimento foi relatado como algo imensurável, que os marcaria para sempre. Quanto aos agressores, às justificativas apresentadas foram superficiais e banalizadas. A desproporção entre o mal relatado pelas vítimas e a banalidade como os agressores justificavam seus atos me causava estranheza e, ao mesmo tempo, me aproximou do referencial arendtiano.

A partir da leitura desses casos me dediquei a estudar os relatórios de pesquisas sobre bullying elaborados por grandes institutos como o IBGE e o IPEA. Concluí que minha interpretação a respeito dos casos divulgados pela mídia apresentava elos comuns com as conclusões das pesquisas desses grandes institutos. Foi então, que decidi investir em uma pesquisa empírica, pois

compreendi que a temática do bullying precisava ser observada de perto, analisada e investigada no espaço-tempo onde ela se concretiza: o cotidiano escolar.

As leituras das pesquisas, dos livros, artigos, dissertações e teses reforçaram minhas observações e minhas apostas como professora da educação básica, de que o bullying é um tipo específico de violência escolar e está relacionado às práticas de intolerância, que se iniciam pelo não reconhecimento da diferença, quando o estudante olha o outro com um sentimento de inferioridade e desprezo.

Diante dessa aposta o problema de pesquisa foi construído fundamentado em dois questionamentos: (1) Quando a diferença não é reconhecida o bullying acontece, tal como me inspirava os trabalhos de Taylor e Honneth? (2) O bullying é uma expressão da banalização da maldade, tal como havia descoberto na obra de Arendt? Esses dois questionamentos centrais, embasados em estudos de pesquisas e inspirados nos referenciais teóricos, desdobraram-se em outras quatro questões:

- 1- Como os estudantes compreendem o bullying e os sujeitos envolvidos (agressores, vítimas e expectadores)?
- 2- Que tipos de conflitos envolvendo preconceito e discriminação resultam em práticas de bullying?
- 3- Em que contexto surgem os conflitos qualificados como preconceitos e discriminações que podem ser relacionados à dificuldade em reconhecer e conviver com as diferenças?
- 4- Existem estratégias de prevenção e enfrentamento do bullying na escola? Quais seriam? Como são formuladas?

Estou consciente que nem todos esses questionamentos foram totalmente respondidos durante a pesquisa. A problemática do bullying é demasiadamente complexa, sendo impossível esgotar o tema em uma só pesquisa. No entanto, o planejamento inicial tinha como meta conseguir responder ao máximo tais questões. Por isso, quatro etapas foram traçadas com a finalidade de compreender a relação entre o bullying, o não reconhecimento da diferença e a banalidade do mal.

Primeiramente, uma ampla revisão bibliográfica foi realizada, as categorias analíticas oriundas dessa revisão foram utilizadas para interpretar o

campo da pesquisa: o Colégio Guarani. Durante três meses procurei observar e registrar todos os fatos que pudessem estar relacionados a supostos casos de bullying no cotidiano escolar. Após a observação do campo, os registros foram lidos e transformados em grandes questionamentos e, posteriormente, operacionalizados em formato de questionário, aplicado aos estudantes. A análise dos dados revelados pelos questionários foi utilizada na elaboração de um roteiro semi-estruturado das entrevistas feitas tanto com os professores e quanto com os estudantes. As entrevistas foram fundamentais para ouvir, dialogar, refletir com os sujeitos que vivem e se deparam cotidianamente com o meu tema de pesquisa.

Esse caminho metodológico me ajudou a conhecer o campo, entender o funcionamento das atividades pedagógicas, observar a força de determinadas lideranças, e, principalmente, compreender as percepções dos professores e estudantes a respeito do bullying enquanto um tipo específico de violência escolar. Mas, em alguns momentos da pesquisa, as escolhas metodológicas apresentavam seus limites para a investigação. Ainda na revisão de bibliografia, senti falta de outras pesquisas para debater o tema. É fato que encontrei muitos artigos e livros, mas a maioria das publicações assumem uma visão combativa/preventiva do problema, sendo raros estudos investigativos que buscam compreender o que motiva as práticas de bullying. É abundante a bibliografia que apresenta “como” enfrentar o bullying, mas são escassas pesquisas que nos ajudem a entender “o que é” e “por que acontece” o bullying. Para mim, era fundamental entender o processo para pensar estratégias de enfrentamento.

Os questionários apresentaram algumas contradições, como por exemplo, o maior quantitativo de meninos matriculados, destoando das demais pesquisas do censo escolar que há alguns anos vem revelando que as meninas são maioria na educação básica. Além das contradições, as respostas para algumas perguntas deram margem para diversas interpretações, por exemplo, sabemos que nas turmas do 1º ano a violência é mais recorrente em relação às turmas de 2º ano, esse dado apareceu de modo muito expressivo, mas há diversas explicações possíveis e o questionário não descarta nenhuma dessas múltiplas explicações. Assim, identifiquei algumas contradições, mas não era possível compreendê-las uma maneira mais segura. A fim de evitar conclusões apressadas, apenas indiquei

tais contradições e evitei explicá-las, consciente dos limites dos meus instrumentos. Contudo, apesar dos limites, o questionário foi fundamental para construção do roteiro das entrevistas.

Nas entrevistas tive a oportunidade de ouvir o que pensam os professores e os estudantes sobre o bullying. Foi nesse momento da pesquisa que algumas das questões levantadas acima foram respondidas com mais segurança e rigor. Também foi nesse momento que o referencial teórico e a hipótese se mostraram parcialmente comprovados. Algumas lacunas e contradições deixadas pelo questionário foram sanadas, outras continuaram e se aprofundaram.

Retomando os questionamentos iniciais posso afirmar que entre os achados da pesquisa o tema da diferença como um incômodo para a convivência e suposta justificativa para o bullying foi confirmada. Os relatos dos professores e dos estudantes afirmam que quando a diferença não é reconhecida e nem tolerada, o bullying acontece. Então, o não reconhecimento da diferença é um fator motivador para ocorrência dos casos de bullying, porém, a pesquisa também concluiu que nem todos os tipos de diferença resultam em bullying, o que significa que não é, necessariamente, uma relação de causa/efeito. Há alguns tipos de diferença que em determinados casos pode se transformar em bullying e em outras situações não. O que determina quando a diferença se transforma em bullying é o seu não reconhecimento, é o sentimento de desprezo e inferioridade que um indivíduo ou grupo estabelece com o outro. Há muitos fatores envolvidos nessa relação, olhando pelo ponto de vista da vítima, estudantes mais tímidos e isolados apresentam maior probabilidade de serem alvos de bullying, caso apresentem algum tipo de diferença e não consigam se defender dos ataques à diferença que trazem em seus corpos, subjetividades ou escolhas.

Não foi possível compreender o que torna determinadas diferenças aceitas e outras renegadas. Em algumas turmas ser homossexual não resultou em bullying, já em outras ter um sinal no rosto foi o suficiente para um ano de ameaças, ofensas e perseguições. Portanto, identificar o que está por trás da intolerância à diferença foi um ponto que a pesquisa deixou em aberto. O que ficou confirmado é que na maioria das situações em que a diferença não foi

reconhecida os professores e estudantes admitiram em seus relatos a ocorrência do bullying.

Nesse sentido, a teoria do reconhecimento de Honneth (2001) e Taylor (2006) permite compreender a consequência da ausência de reconhecimento da diferença. A ética da autenticidade, que Taylor (2006) chamou de *ser fiel a mim mesmo* é destruída quando o bullying acontece, e no lugar da valorização intersubjetiva da identidade ocorre o não reconhecimento, a desvalorização e a inferiorização. Não reconhecer a diferença do outro pode produzir nesse outro uma falsa modalidade de ser, uma visão deturpada da sua própria identidade. Na escola, as consequências desse processo podem resultar no fracasso escolar, na baixa autoestima e na evasão. Além de produzir uma cultura de impunidade e banalização da violência.

A pesquisa também revelou que os estudantes que sofrem com bullying, sabem identificá-lo e até mesmo conceituá-lo. Conseguem diferenciar o bullying das brincadeiras cotidianas, mas não denunciam esse tipo de violência. E por que não denunciam? Considerando o depoimento dos estudantes, a resposta mais aceitável é o fato deles não confiarem na escola como uma instituição protetora, não acreditarem que a escola possa ajudá-los a enfrentar o problema. O medo e a vergonha também são fatores impeditivos para a denúncia, mas a não confiança nos adultos parece ser mais determinante. A vergonha transmite a ideia de fracassado e o medo se instaura no momento em que o estudante entende que se delatar seu agressor ou o agressor de um colega a situação pode se agravar. Além da vergonha e do medo, parece-nos que há uma espécie de tirania do grupo, ou seja, de certa forma os adolescentes respeitam e legitimam o autoritarismo de determinados grupos, na maioria das vezes grupos envolvidos na prática de bullying. E por que respeitam? Acreditamos que, entre os pares, os estudantes consideram o poder de determinados grupos e lideranças superior à autoridade do professor e da escola. O grupo pode ser mais presente, organizado e assumir uma postura ofensiva e punitiva para aqueles que desrespeitam as regras impostas.

O fato de nos parecer que os estudantes temem mais o poder de alguns grupos em detrimento da autoridade da escola não significa que os grupos tenham autoridade sobre os estudantes, mas sim que agem de forma autoritária e dessa

forma conseguem ser respeitados através do medo que impõem. Essa constatação nos leva a refletir sobre a crise de autoridade que caracteriza as escolas. Podemos compreender, com Arendt (2000), a crise na educação como um dos efeitos da crise de autoridade que assolou o século XX a partir do colapso das democracias modernas e a instauração dos regimes totalitários. Trazendo essa análise macro social para a realidade do sistema educacional, ousamos afirmar, como um dos achados dessa pesquisa, que os estudantes, principalmente os adolescentes, podem temer mais os grupos e as lideranças que se formam na escola do que respeitar a direção escolar e os professores. Acreditamos que esse cenário é reflexo da crise de autoridade da gestão escolar, marcada por um vazio de poder que vem sendo ocupado por grupos de estudantes.

Na prática, os estudantes obedecem mais aos grupos e lideranças que exercem seus poderes de modo tirânico. A autoridade do professor e da gestão escolar é desafiada por esses grupos e lideranças, e quando os casos de bullying acontecem, geralmente iniciados por esses grupos e lideranças, os estudantes não denunciam com medo de seu poder e por não acreditarem na autoridade dos adultos.

Os professores reconheceram a crise da autoridade docente e relataram algumas práticas pedagógicas que lançam mão para alcançar o respeito dos estudantes. Também destacaram a gravidade do bullying, admitiram que a escola não está preparada para mais esse desafio e ressaltaram a importância de discutir o tema. Contudo, em alguns relatos foi possível interpretar que a temática do bullying ainda é um tema marginalizado na escola, visto como um problema sem solução e interpretado como conflitos rotineiros e insignificantes diante dos reais problemas da escola. Os professores também ressaltaram que a burocracia da escola impede um olhar mais atento para as relações entre os estudantes.

Em relação ao bullying como expressão da banalização da maldade, considero que a pesquisa apresentou alguns avanços, mas com ressalvas que precisam ser explicitadas. Nas observações feitas no Colégio Guarani, as situações conflituosas entre os estudantes e a maneira como os grupos se tratavam indicam relações sociais estruturadas na banalização da maldade, no sentido de xingar e ofender o outro de modo comum e corriqueiro, como se aquele tipo de tratamento

ofensivo e desrespeitoso fizesse parte do cotidiano dos jovens, ao ponto de alguns deles não identificarem o desrespeito. A questão é se essa normalidade aparente também é sentida pela vítima, ou seja, por aqueles estudantes que são alvos desse tipo de tratamento. Assim, podemos concluir com relativa tranquilidade que xingamentos e ofensas ocupam o lugar da normalidade, quando deveriam ser algo identificado e recusado como parte das relações intersubjetivas.

Nas entrevistas com os estudantes o tema da maldade foi poucas vezes mencionando, principalmente se comparado com a questão da diferença. Contudo, quando os estudantes narraram as reações das testemunhas, a maldade apareceu banalizada. Atitudes com rir e debochar da situação de sofrimento do outro foram destacadas e sempre pontuadas como algo comum, normal que acontece todos os dias. E, talvez ainda mais grave, como algo que não pode ser impedido e que a escola não conseguiria evitar.

Os estudantes também levantaram o tema da maldade quando mencionaram que as práticas de bullying são intencionais e resultam em sofrimento para as vítimas. Mas, nos relatos, mesmo sendo associado a uma forma de violência e de desrespeito os estudantes não afirmaram que o mal praticado é banal, no sentido arendtiano, de um mal que assume o lugar de comum e que se espalha facilmente. Entre os estudantes o conceito de banalidade do mal não foi confirmado integralmente. Se por um lado, há o reconhecimento da maldade e sua banalização, por outro, é muito difícil sustentar que tais atitudes se baseiam na irreflexão. O tema da irreflexão – “eles não pensam” – apareceu em algumas falas. Mas, é importante notar que professores e estudantes também apontaram para o tema da imaturidade típica da idade, para a pouca socialização com regras de convivência e para a banalização da violência como um todo em nossa sociedade. Assim, associar o bullying à ausência de pensamento é algo possível, segundo alguns relatos, mas bastante recusado por outros.

Já entre os professores o tema do mal apareceu de modo mais contundente. Alguns relatos de situações reais explicitaram a crueldade das práticas de bullying e destacaram como os estudantes vivenciam essa situação com naturalidade. Mas, novamente o conceito arendtiano precisa ser relativizado, pois alguns professores destacaram que os estudantes não têm consciência da maldade que estão

praticando e de como essa maldade atinge seus colegas. Desse modo, a pesquisa considera que o bullying é sim uma expressão da banalidade do mal, mas nem os professores e nem os estudantes nos apresentaram dados sobre como a maldade nas relações entre pares vem se tornando algo natural e corriqueiro. A irreflexão – ponto central do argumento de Arendt (1999) – não pode, e talvez não deva, ser transposto, sem mais, para os jovens que praticam bullying.

Retomando os outros quatro questionamentos. A pesquisa concluiu que os estudantes compreendem o bullying como uma violência escolar. Mas, devido à banalização do termo e a marginalização do problema, a maioria dos estudantes não conseguem dimensionar a gravidade e os efeitos do bullying. Os conflitos que possuem maior propensão a se transformar em bullying são aqueles marcados pela diferença, geralmente atitudes preconceituosas e discriminatórias. Vale destacar que o contexto em que os casos são mais recorrentes é a sala de aula, momento mais intenso de socialização e onde os estudantes são obrigados a se manifestar.

No Colégio Guarani não há estratégias de enfrentamento bullying. Os alunos e os professores afirmaram que a escola nunca teve nenhum tipo de projeto ou atividade de debate sobre o bullying. Quando algum caso é relatado, a escola busca solucionar através do diálogo. Os estudantes relataram que a escola não se preocupa com o bullying e não o classifica como uma forma de violência. Os professores também admitiram que a escola não problematiza o bullying e justificaram, além da falta de tempo, o excesso de trabalho, materializado em suas muitas turmas, o que demanda muitas avaliações, diários para preencher e diversas aulas para preparar.

A pesquisa também constatou que os professores pouco entendem o que está por trás das práticas de bullying. A violência só é vista como algo sério quando resulta em agressões físicas. Os estudantes reconheceram que seus conflitos interpessoais não são considerados pela escola e chegaram a enfatizar que a escola é autoritária com regras rígidas e desnecessárias. Ou seja, o bullying acontece no Colégio Guarani, mas, segundo os depoimentos, não é tratado com a seriedade que deveria. Diante dessa constatação, fica difícil para os professores associarem o bullying a um tipo de mal banalizado, pois como compreender um

tipo de violência que pouco é reconhecida e não é debatida, investigada, discutida e problematizada?

A pesquisa não conseguiu concluir porque o bullying é tão marginalizado na escola. Mas, talvez essa seja a primeira barreira que a escola precisa superar para compreender a gravidade do bullying e educar os estudantes para o reconhecimento das diferenças. O Colégio Guarani e muitas outras escolas brasileiras precisam compreender que o bullying é uma violência que afeta a construção da identidade dos estudantes e que por isso é um assunto sério que não deve ser minimizado, muito menos negado.

Reconhecer que o bullying acontece é apenas o primeiro passo. Acredito que além desse reconhecimento um caminho possível para compreender e enfrentar o bullying é investir numa proposta pedagógica de educação para o pensamento e para diferença. Mas, o que seria isso? Os estudantes reconhecem que o bullying é prejudicial, mas quando são interrogados sobre por que continuam agredindo seus colegas não conseguem formular uma resposta convincente. Por que não conseguem? Provavelmente porque não pensam em suas atitudes, não refletem e não são incentivados a refletir sobre seus valores, suas identidades e que tipo de ser humano gostariam de se tornar. Educar para o pensamento e para a reflexão significaria cultivar em nós e em nossas relações educativas atitudes que possibilitem o diálogo interno como uma atividade inerente à vida humana.

Quando estou pensando não me encontro onde realmente estou; estou cercada não por objetos sensíveis, mas por imagens invisíveis para os outros. É como se eu tivesse me retirado para uma terra dos invisíveis, da qual nada poderia saber, não fosse esta faculdade que tenho de lembrar e imaginar. O pensamento anula distâncias temporais e espaciais. Posso antecipar o futuro, pensá-lo como se já fosse presente, e lembrar do passado como se ele não tivesse desaparecido (ARENDETT, 1995, p. 67).

O pensamento interrompe todas as nossas atividades, deixa-nos inseguros quando percebemos que duvidamos de coisas que antes nos davam uma segurança irrefletida. Educar, na perspectiva do pensamento arendtiano, é provocar essa descontinuidade, uma ruptura com o mundo cotidiano para reconciliar-se com ele num novo significado (ANDRADE, 2010, p.127). Essa ruptura é fundamental

para que a banalização da maldade que permeia as relações intersubjetivas dos estudantes não se consolide e não se transforme em práticas de bullying.

Segundo Andrade (2010), educar para o pensamento é um também caminho de educar para diferença, pois quando mostramos aos estudantes que somos constituídos a partir de múltiplas diferenças e que viver dignamente é ter essas diferenças reconhecidas e respeitadas, estamos contribuindo para que eles possam pensar e refletir sobre a importância da diversidade no mundo em que vivemos. Educar para diferença é fundamental se queremos construir uma sociedade justa e plural. Educar para diferença significa não tolerar a intolerância, não aceitar os diversos tipos de preconceitos e discriminações, em última instância, educar para a diferença é uma forma de combater as práticas de bullying que nascem da incapacidade de aceitar e conviver com o diferente.

Por fim, gostaria de destacar que aprendi muito nesses quatro anos, principalmente nos últimos 30 meses que me dediquei exclusivamente à pesquisa empírica. Aprendi que nem sempre as hipóteses podem ser comprovadas e que, muitas vezes, não comprová-las significa também produzir conhecimento. Aprendi que por mais perfeitas que as teorias pareçam, a realidade é sempre muito mais complexa. Aprendi que compartilhar o problema de pesquisa com outros pesquisadores possibilita não apenas novos olhares, mas também conforta aquele sentimento de solidão que muitas vezes assola a vida acadêmica. Aprendi que a diferença desafia, provoca, desconstrói e reconstrói a escola (Andrade, 2009) e isso me ajudou a entender porque é tão urgente reinventá-la (Candau, 2000).

Mas, creio que meu maior aprendizado foi entender que enquanto educadores e educadoras não podemos aceitar que *Basinis* continuem sofrendo em nossas escolas, renegados, violentados e humilhados por colegas que não estão sendo educados para pensar o valor da diferença. Segundo um depoente, “a escola não é lugar fácil”. “Não mesmo!”, ele insiste. Esta denúncia não deveria apenas nos escandalizar, mas nos mover a buscar alternativas para que a diferença possa ter um lugar de respeito e valorização na escola. Nossas apostas teóricas e nossos resultados de pesquisa nos levam a afirmar que o reconhecimento e o pensamento são caminhos possíveis.